

Tales Faria

Lula quer se definir nesta semana sobre Senado e MG

Dois casos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende resolver nesta semana:

- se o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) será ou não candidato a governador de Minas Gerais;
- e, sobre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afinal, qual é - e qual será - a relação dele com o governo federal.

Do primeiro caso depende a montagem do palanque mineiro para a reeleição de Lula.

Do segundo caso depende o envio novamente ao Senado da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). E depende também a estratégia em relação ao Senado até o final do ano.

Os casos estão entrelaçados porque Alcolumbre e Pacheco formam uma forte aliança no Senado. Após presidir a Casa entre 2019 e 2021, Davi Alcolumbre fez campanha e elegeu Pacheco seu sucessor. Este, por sua vez, ao deixar o posto em 2025, trabalhou para ser substituído por Alcolumbre, que voltou a presidir o Senado.

Nesse período de franca parceria e trocas de posições com Pacheco, Davi Alcolumbre se tornou o mais poderoso parlamentar do país.

Além de dividir com Hugo Motta (Republicanos-PB) e o antecessor deste, Arthur Liara (PP-AL), o controle das emendas parlamentares – especialmente aquelas que substituíram as emendas secretas, agora chamadas de emendas de comissão –, ele supera os presidentes da Câmara em termos de controle sobre sua Casa.

Alcolumbre deu recentemente uma tremenda demonstração de poder ao derrotar com ampla

maioria a indicação do governo para Jorge Messias assumir no STF.

O presidente do Senado tem enviado sinais confusos de que estaria disposto a continuar esticando a corda contra o governo. Por exemplo, quando ameaça também melar a montagem da chapa, com Pacheco na cabeça, que Lula vinha arquitetando para apoiá-lo em Minas Gerais.

Alcolumbre resolveu fazer campanha para Pacheco ser eleito pelos senadores como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A vaga pertence ao Senado e a vitória seria líquida e certa. Por causa desse lançamento, o senador deu um passo atrás na candidatura a governador de Minas.

O presidente da República gostaria de indicar novamente Messias para o Supremo, apesar da derrota anterior. Quer fazer isso como demonstração de poder e de que não abre mão de suas prerrogativas como presidente da República. Mas, na verdade, não está seguro quanto a Alcolumbre. Não sabe exatamente como ele se comportará.

Daí porque Lula pretende se reunir nesta semana com Pacheco: para tomar pé da situação. Se tiver sinais positivos, pode até encontrar-se com Alcolumbre, caso sinta com Pacheco que há espaço para isso. Se der certo, ele mata dois coelhos com uma cajadada só.

Mas é um movimento de alto risco. Lula sabe disso e está preparado para uma situação de hostilidade. Nesta hipótese, vai ter que decidir se repete ou não a indicação de Messias e aposta nas eleições de outubro, caso vença. Aí sim, partirá para a guerra contra Alcolumbre.

Fernando Molica

Os limites da faxina de Couto

O entusiasmo com faxina promovida no Estado do Rio pelo governador em exercício, Ricardo Couto de Castro, deve levar em conta que as vasouradas são possíveis apenas pelo caráter interino de sua presença no Palácio Guanabara.

A excepcionalidade de sua gestão, o fato de ser do Poder Judiciário e a incerteza sobre o tempo que continuará no posto criam uma barreira em relação a pressões do universo político. As ações do desembargador, que chegou ao cargo por ser presidente do Tribunal de Justiça em meio a um caos institucional, seriam bem restritas caso ele dependesse dos humores da Assembleia Legislativa (Alerj).

Isso não quer dizer que futuros gestores do estado estarão condenados a promover farras em compras e contratações de pessoal. Políticos têm estilos diferentes, mas concessões indevidas acabam sendo inevitáveis. Wilson Witzel foi defenestrado não apenas por irregularidades cometidas em sua gestão, mas também pela insistência em concentrar poderes e bondades nas mãos de um grupo restrito.

Cláudio Castro, eleito vice de Witzel em 2018 e reeleito em 2022, acelerou na direção oposta e só não perdeu o mandato por ter renunciado na véspera da decisão judicial.

Atitudes tomadas por Couto à frente do governo mostram o tamanho do processo de sequestro do estado por interesses privados — e isso não começou agora e não se restringe às fronteiras fluminenses.

O sistema político-partidário brasileiro praticamente determina que ocupantes de cargos no Poder Executivo façam uma espécie de parceria com integrantes do Legislativo. Isso, não por questões de viés administrativo ou ideológico, algo que im-

porta muito pouco entre nós.

O que vale mesmo é o fatiamento da estrutura do Estado e a entrega de pedaços para diferentes políticos, que neles armam estruturas para empregar correligionários e, em não raros casos, ganhar muito dinheiro — é dando que se recebe, já pontificava o ideólogo do Centrão, o ex-deputado Roberto Cardoso Alves.

Até mesmo a exigência de concurso para ocupantes de cargos públicos acabou sendo driblada por infinitas contratações para funções comissionadas e pela criação de organizações especializadas em fornecer mão de obra: trabalhadores quase sempre selecionados pelo critério da indicação política.

A saída para o impasse passa ao largo de saídas autoritárias, de fortalecimento indevido do Executivo. Ditadores, a história mostra, são ainda mais livres para roubar.

Mas a sociedade precisa encontrar alternativas institucionais para romper com um mecanismo perverso que dá a ocupantes de cargos legislativos a prerrogativa de chantagear o Executivo (isto, quando este não estimula a farra).

Em dois meses de exercício do governo, Couto desfez contratos e impediu a assinatura de outros que seriam lesivos ao estado, demitiu milhares de pessoas que haviam entrado pela janela — muitas delas sequer tinham chachá, nem apareciam para trabalhar.

Couto sabe que jamais faria o que fez caso tivesse quatro anos de mandato pela frente; seria obrigado a ceder. Há um impasse, mas a população poderia ajudar ao, na hora do voto, prestar atenção também nos candidatos ao Legislativo.

Fila do IPTU: atendimento é dever

É dever do poder público garantir que a transição de seus serviços para o ambiente digital não se transforme em um fardo para o cidadão. A decisão municipal de suspender o envio dos carnês do Imposto Predial e Territorial Urbano via postal, concentrando a demanda em canais eletrônicos e postos físicos, gerou um cenário de desorganização que expõe a falta de planejamento logístico em Piracicaba.

Quando o sistema virtual colapsa devido ao excesso de acessos e as repartições presenciais são tomadas por longas filas desde as primeiras horas do dia, é evidente que a estrutura montada foi subdimensionada para o tamanho da população. A extensão do horário de funcionamento em duas horas e a promessa de maior celeridade nos guichês, embora necessárias, funcionam apenas como um paliativo tardio diante do tamanho do problema criado pela própria administração.

O direito ao atendimento eficaz é indissociável da obrigação tributária. Se o município exige o cumprimento de prazos rígidos para a arrecadação, precisa fornecer os meios adequados e acessíveis para que o contribuinte honre seus compromissos sem sacrifício de seu tempo ou dignidade.

Estabelecer o encerramento do prazo para o final da mesma semana em que os problemas es-

touraram pressionam o morador a enfrentar aglomerações e falhas tecnológicas sob a ameaça de penalidades financeiras. A ampliação do expediente nas repartições não deve ser tratada como um favor ou um ato de benevolência da gestão, mas sim como uma obrigação imediata que deve perdurar pelo tempo que for necessário.

O portão de uma unidade de atendimento não pode ser fechado deixando pessoas do lado de fora quando o próprio poder público foi o causador do gargalo operacional. Diante do caos gerado pela mudança abrupta no modelo de distribuição, a prefeitura tem o dever de manter as portas abertas e o suporte técnico ativo até que o último cidadão da fila, física ou virtual, consiga obter o seu documento. Mais do que isso, qualquer falha institucional ou esgotamento de tempo não pode, sob hipótese alguma, resultar em prejuízo financeiro para o bolso do morador.

Caso a máquina pública não consiga absorver a demanda dentro do cronograma estipulado, a prorrogação das datas de vencimento e a manutenção dos descontos originais é imperativa. O cidadão, que já financia a máquina estatal com impostos, não deve ser punido com multas, juros ou perda de benefícios por conta da incapacidade técnica do município em gerenciar a entrega de suas próprias cobranças.

Opinião do leitor

Desabafo

Globo não passa mais Fórmula 1 no canal aberto! Quem não tem TV por assinatura está perdendo a corrida ao vivo! Para quem gosta de velocidade nas pistas, a F-1 tá de tirar o fôlego.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.